

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



Leia com atenção as seguintes instruções:

- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova. A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- Como elementos de consulta apenas poderão ser utilizados:
 - Códigos não anotados;
 - Planos oficiais de contabilidade não anotados, comentados ou explicados;
 - Directrizes contabilísticas;
 - Normas Internacionais de Contabilidade publicadas em regulamentos comunitários.
- Pode utilizar máquina de calcular não programável.
- A duração desta prova é de três horas.
- A prova tem dois grupos de questões: o primeiro grupo com vinte e quatro questões cujas respostas devem ter em consideração o texto apresentado e o segundo grupo com dezasseis questões independentes do referido texto.
- As suas respostas devem basear-se na legislação em vigor à data de realização deste Exame de Avaliação Profissional.
- Cada questão tem a cotação de 0,5 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,125 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um "X" a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.
- Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente, escrever a outra que considera correcta. E ainda no verso da Folha de Respostas, deverá identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correcta.

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Nome: _____

Bilhete de identidade: _____ N.º Membro Estagiário/Processo: _____

O Júri: _____

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



GRUPO I

Considerando a informação apresentada no texto responda às seguintes 24 questões (Questão 1 a Questão 24)

A sociedade CONSERVAS COSTA & FILHOS, LIMITADA, que designaremos abreviadamente por CC&F, LDA, foi constituída em 1948 pelo Senhor Efigénio Costa, pai dos actuais sócios: Manuel, José e Ezequiel. No início de 2009, cada um detinha uma quota de valor nominal de 20.000€. Estas quotas foram herdadas nos anos 70 do século passado, aquando do falecimento do Senhor Efigénio Costa, viúvo, e não sofreram desde então qualquer alteração.

A CC&F, LDA tem a sede em Portimão e fabrica conservas de peixe, tais como sardinha em azeite, sardinha em tomate, cavala e atum. Apesar das dificuldades sentidas no sector conserveiro, a CC&F, LDA. tem conseguido superar os momentos de crise.

A CC&F, LDA., apesar de deter imóveis, tem o seu activo constituído essencialmente por activos circulantes: existências, dívidas a receber e depósitos bancários. Estes representam mais de metade do activo total.

Ezequiel Costa vendeu, em Abril de 2009, a sua quota a uma sociedade gestora de participações sociais (S.G.P.S.), sociedade anónima que está sujeita ao Plano Oficial de Contas (POC).

QUESTÃO 1.:

Em sede de IRS, o resultado da venda da quota efectuada pelo Senhor Ezequiel Costa em 2009:

- a) Está sujeita a IRS em 50% da mais valia apurada.***
- b) Não está sujeita a IRS.***
- c) Está isenta de IRS.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

As conservas COSTA são muito apreciadas na Europa. A CC&F, LDA. vende a maior parte da sua produção nos mercados francês e alemão. Para tal, dispõe de um distribuidor em cada um destes países, os quais são empresas locais.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 2.:

As vendas de conservas de sardinha pela CC&F, LDA. aos distribuidores em França e na Alemanha:

- a) Estão sujeitas a IVA à taxa de 5%.***
- b) Estão sujeitas a IVA à taxa de 12%.***
- c) Estão sujeitas a IVA à taxa de 20%.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Em 2008 a *Conservex – Conserves de Poissons, de Fruits de Mer et d'Escargots, SARL (CONSERVEX)*, empresa que efectua a distribuição em França, começou a ter dificuldades financeiras. A CC&F, LDA. decidiu ir em seu auxílio, e decidiu acompanhar o aumento do capital social por entradas em dinheiro, suscrevendo acções e efectuando uma entrada no montante de 1.000.000€, à qual ficou a corresponder uma participação de 40% no capital social da CONSERVEX. Este aumento de capital realizou-se em Maio de 2009, data em que os capitais próprios da CONSERVEX ascendiam a 2.385.490€, incluindo o resultado de 2009, no valor de 85.490€. Tanto na CONSERVEX como na CC&F, LDA o período de tributação e o exercício económico coincidem com o ano civil.

QUESTÃO 3.:

No balanço da CC&F, LDA. referente a 31.12.2009, o valor do investimento financeiro na CONSERVEX SARL deverá:

- a) Resultar obrigatoriamente do método da equivalência patrimonial.***
- b) Resultar obrigatoriamente do método do custo.***
- c) Resultar da utilização do método que naquela data permita apresentar maior valor na rubrica “Investimentos Financeiros”.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

No decurso de 2008 e 2009 até ao momento em que passou a participar no capital social da CONSERVEX, a CC&F, LDA. vendeu mercadorias àquela empresa francesa com um desconto adicional de 10%, a fim de a ajudar a ultrapassar as dificuldades financeiras.

QUESTÃO 4.:

A CC&F, LDA, após a entrada no capital social da CONSERVEX e relativamente ao desconto adicional que vinha sendo praticado:

- a) Não pode continuar a praticar o desconto, atendendo ao regime dos Preços de Transferência consagrado no Código do IRC.***
- b) Pode continuar a praticar o desconto, mas deverá proceder à correcção do resultado operacional como se não o estivesse a praticar.***
- c) Pode continuar a praticar o desconto, mas deverá proceder às necessárias correcções positivas na determinação do lucro tributável.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Em Junho de 2009 uma vaga de calor originou que o motor eléctrico de uma câmara de frio entrasse em curto-circuito e provocou um incêndio que danificou o sistema de refrigeração daquela instalação. Em consequência da referida avaria, não foi possível garantir a manutenção do pescado (matéria-prima) em condições adequadas, pelo que foi necessário proceder ao respectivo abate.

QUESTÃO 5.:

O valor do pescado perdido em consequência do incidente referido, deverá ser registado na CC&F, LDA.:

- a) Em 6931 Custos e perdas extraordinários - Perdas em existências – Sinistros, por contrapartida de 361 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Matérias-primas.***
- b) Em 659 Outros custos e perdas operacionais, por contrapartida de 361 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Matérias-primas.***
- c) Em 6931 Custos e perdas extraordinários - Perdas em existências – Sinistros por contrapartida de 386 Regularizações de existências - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

A companhia de seguros onde a CC&F, LDA. tem colocadas as várias apólices de seguro subscritas informou que relativamente ao sinistro descrito, uma das apólices cobria quer os danos decorrentes do curto-circuito e do incêndio consequente, quer a perda do pescado. A CC&F, LDA. terá todavia que pagar pelo sinistro uma franquia correspondente a 10% do valor total dos danos sofridos. A gerência da CC&F, LDA. tem dúvidas quanto ao enquadramento fiscal da perda resultante do sinistro, no que respeita ao pescado perdido.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 6.:

No âmbito do Código do IRC, o valor relativo ao pescado perdido:

- a) Deverá ser considerado como custo fiscal, sendo de considerar como proveito a indemnização a receber da seguradora.***
- b) Deverá ser acrescido no Quadro 07 da Declaração Mod. 22 do IRC.***
- c) Não deverá ser considerado como custo fiscal na íntegra, mas apenas na parte indemnizada pela seguradora e desde que a empresa registe como proveito a indemnização recebida.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

A gerência da CC&F, LDA. tem também dúvidas, em sede de IVA, no tocante ao enquadramento fiscal da perda resultante do sinistro no que respeita ao valor do pescado cujo IVA foi deduzido aquando da aquisição.

QUESTÃO 7.:

Dado que a CC&F, LDA. deduziu o IVA respeitante ao pescado adquirido e que foi objecto do sinistro, agora deverá:

- a) Efectuar uma regularização do IVA a favor do Estado, de montante igual ao do imposto deduzido aquando da aquisição.***
- b) Efectuar liquidação tendo como base tributável o preço de custo.***
- c) Não efectuar qualquer registo contabilístico, mantendo o direito à dedução do IVA relativo aquele pescado.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

A CC&F, LDA. embala as conservas em latas, que são esterilizadas e hermeticamente fechadas, a fim de que o seu conteúdo não possa ser adulterado.

QUESTÃO 8.:

As latas utilizadas para acondicionar as conservas de peixe classificam-se como:

- a) Produtos acabados.***
- b) Subprodutos.***
- c) Embalagens de consumo.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

As latas são armazenadas em lugares frescos e não expostos à luz solar. Ainda assim, por vezes, algumas latas oxidam, pelo que não podem ser utilizadas. Rejeitam-se sempre as conservas (produtos acabados) cujas latas se apresentam oxidadas ou perfuradas.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 9.:

Os custos incorridos pela CC&F, LDA. relativos às latas de conserva oxidadas devem ser imputados:

- a) Na conta de “Resultados acidentais” aberta na classe 9 do Plano de Contas.***
- b) Na conta de “Fabricação” por respeitarem ao processo de fabrico.***
- c) Na conta de “Reclassificação” de Gastos prevista na classe 9.***
- d) Na conta de “Matérias-primas”.***

Em Junho de 2009, a CC&F, LDA. renovou parte da frota automóvel de distribuição. O negócio consistiu na entrega de cinco viaturas antigas, já completamente reintegradas, tendo sido atribuído o valor de 5.000€, excluído o IVA, a cada viatura e foram adquiridas, em regime de locação financeira, cinco novas viaturas de transporte de mercadorias, por 20.000€ cada uma, excluído o IVA. O valor recebido pela alienação das viaturas usadas foi integralmente utilizado na liquidação da primeira renda do contrato de locação financeira celebrado.

QUESTÃO 10.:

Relativamente às novas viaturas de distribuição, a CC&F, LDA:

- a) Deve contabilizá-las em imobilizações corpóreas, pelo valor global de 100.000€.***
- b) Deve contabilizá-las em imobilizações corpóreas, pelo valor global de 75.000€.***
- c) Não as deve contabilizar no activo imobilizado porque está a proceder à aquisição no regime de locação financeira.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

A CC&F, LDA substituiu parte das viaturas próprias por outras em regime de locação financeira e, entretanto, a gerência da empresa pediu ao TOC que analisasse qual o enquadramento fiscal daquela operação.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 11.:

Em sede de IRC, as mais valias fiscais obtidas pela CC&F, LDA. na alienação das viaturas de distribuição:

- a) Serão consideradas em metade do seu valor para efeitos da determinação do lucro tributável de 2009.***
- b) Estão integralmente sujeitas a IRC, dado que não foi efectuado o reinvestimento em bens de propriedade da empresa.***
- c) Estão isentas de IRC porque foram integralmente reinvestidas.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

A empresa irá preparar uma Demonstração dos Resultados por Funções, segundo o modelo do POC, relativa ao exercício de 2009. Nela, irá reconhecer os custos do contrato de locação financeira de viaturas ligeiras de mercadorias.

QUESTÃO 12.:

Na Demonstração dos Resultados por Funções de 2009 da CC&F, LDA., a despesa relativa ao montante total de cada renda do contrato de locação financeira (excluído o IVA) deve classificar-se como:

- a) Custo de distribuição.***
- b) Custo de financiamento.***
- c) Custo de produção.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Paralelamente à substituição de parte da frota de distribuição, foi efectuado contrato de manutenção por três anos com a empresa concessionária automóvel que forneceu essas viaturas. Este contrato cobre todas as despesas de manutenção, tais como as revisões, mudanças de óleo e filtros e substituição de pastilhas de travões pelo referido período de três anos, com o limite de 1.000.000 km em conjunto para a totalidade das viaturas, o qual não se espera seja atingido dado que cada viatura deverá ter uma utilização de 50.000 km/ano.

O valor global do contrato de manutenção será pago em 1 de Julho de 2009, data da sua celebração e entrada em vigor. O facto permitirá à CC&F, LDA. obter um desconto adicional de 15%, do qual 5% corresponde à antecipação do pagamento do valor relativo ao segundo ano e 10% à antecipação do pagamento do valor relativo ao terceiro ano. A factura apresenta a seguinte discriminação:

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>	
	<i>Unitário</i>	<i>Global</i>
<i>Manutenção global anual de cinco viaturas</i>	5.000 €	15.000 €
<i>Desconto antecipação pagamento 2º Ano (5%)</i>	-	750 €
<i>Desconto antecipação pagamento 3º Ano (10%)</i>	-	1.500 €
<i>Sub-Total ...</i>		12.750 €
<i>IVA (20%) ...</i>		2.550 €
<i>TOTAL...</i>		15.300 €

QUESTÃO 13.:

Relativamente ao contrato de manutenção referido, o valor a reconhecer pela CC&F, LDA., como custo no exercício de 2009, será de:

- a) 2.500€.
- b) 5.000€.
- c) 3.500€.
- d) 1.750€.

A CC&F, LDA. tem três fábricas, localizadas em Matosinhos, Aveiro e Portimão. Dada a quebra de procura verificada nos últimos anos, a Gerência da empresa decidiu concentrar a produção nas fábricas de Matosinhos e Aveiro e encerrar a fábrica de Portimão. E assim, o imóvel onde tem funcionado a fábrica de Portimão, localizado em zona urbana, irá ser permutado por um outro destinado apenas a armazém. Este localiza-se na nova Zona Industrial da cidade e é mais pequeno.

Nesta permuta, além do imóvel destinado a armazém, a CC&F, LDA. receberá a quantia de 100.000€, na data de outorga da escritura. Os valores patrimoniais tributários (VPT) de ambos os imóveis envolvidos neste negócio são iguais.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 14.:

Na permuta de imóveis descrita, a CC&F, LDA.:

- a) Terá de pagar IMT, calculado sobre a diferença entre os valores atribuídos aos imóveis pelas partes na permuta.*
- b) Terá de pagar IMT calculado sobre o valor patrimonial tributário (VPT) do armazém.*
- c) Não terá de pagar qualquer importância relativa a IMT.*
- d) Terá de pagar IMT calculado sobre a importância recebida em dinheiro.*

A fábrica de Portimão emprega actualmente 60 pessoas. Destas, 50 verão os contratos de trabalho rescindidos, por motivo de extinção do posto de trabalho, no decurso do segundo semestre de 2009. As restantes 10 continuarão ao serviço da CC&F, LDA e irão frequentar uma acção de requalificação profissional co-financiada por fundos comunitários.

QUESTÃO 15.:

As indemnizações a pagar aos trabalhadores cujos contratos de trabalho serão rescindidos por motivo de extinção do posto de trabalho deverão ser:

- a) Integralmente reconhecidas como custo em 2009, a débito de sub-conta de 65 Outros custos operacionais.*
- b) Integralmente reconhecidas como custo em 2009, a débito de 698 Custos e perdas extraordinários - Outros custos e perdas extraordinários.*
- c) Reconhecidas directamente em capitais próprios, a débito de 59 Resultados transitados.*
- d) Consideradas como custo a reconhecer em exercícios futuros e consequentemente contabilizadas agora em 2729 Acréscimos e diferimentos - Custos diferidos - Outros custos diferidos.*

As indemnizações aos empregados em consequência da rescisão dos contratos serão pagas por transferência bancária, ainda em 2009.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

QUESTÃO 16.:

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa da CC&F, LDA de 2009, as indemnizações a pagar aos trabalhadores em virtude da extinção do posto de trabalho deverão ser classificadas como:

- a) Fluxos das actividades operacionais – Pagamentos ao pessoal.***
- b) Fluxos das actividades operacionais – Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.***
- c) Fluxos das actividades de investimento – Pagamentos respeitantes a immobilizações incorpóreas.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Em 2009 a CC&F, LDA. atribuiu a todos os trabalhadores um seguro de saúde, o qual abrange também os seus descendentes.

QUESTÃO 17.:

A despesa relativa ao seguro de saúde atribuído aos colaboradores da CC&F, LDA.:

- a) É um custo aceite fiscalmente, independentemente do respectivo valor.***
- b) É um custo aceite fiscalmente até ao limite de 15% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários, respeitantes ao exercício.***
- c) É um custo aceite fiscalmente, independentemente do respectivo valor, apenas se a empresa apresentar lucro tributável no exercício.***
- d) É um custo não aceite fiscalmente, por não ser indispensável à obtenção de proveitos.***

O TOC da CC&F, LDA. registou nas contas adequadas, mas por um valor incorrecto, uma transferência bancária recebida de um cliente. O banco contabilizou a operação correctamente, pelo montante de 2.400€. Ao proceder à reconciliação bancária, o TOC da CC&F, LDA. corrigiu o erro, tendo então debitado a conta *12 Depósitos à ordem*, por 400€.

QUESTÃO 18.:

Na data em que recebeu o pagamento do cliente por transferência bancária, a contabilização efectuada pela CC&F, LDA. foi a seguinte:

- a) Débito: subconta de 12 Depósitos à ordem;
Crédito: 211 Clientes c/c;
Montante: 2.000€.***
- b) Débito: 211 Clientes , c/c;
Crédito: subconta de 12 Depósitos à ordem;
Montante: 400€.***
- c) Débito: subconta de 12 Depósitos à ordem.
Crédito: 211 Clientes c/c;
Montante: 2.400€.***
- d) Nenhum dos lançamentos anteriores.***

Em 1 de Junho de 2009, a CC&F, LDA efectuou suprimentos à sua recente participada com sede em França – a CONSERVEX – no montante de 1.000.000€, pelo prazo de um ano. Estes suprimentos vencerão juros à taxa anual de 6%.

QUESTÃO 19.:

Nas demonstrações financeiras do exercício económico de 2009, a CC&F, LDA. deverá reconhecer:

- a) Um custo financeiro no montante de 35.000€.***
- b) Um proveito financeiro no montante de 60.000€.***
- c) Um acréscimo de proveitos no valor de 35.000€.***
- d) Um acréscimo de proveitos no valor de 60.000€.***

Em 2008, a facturação da CC&F, LDA. foi superior a 500.000€. Nesse ano, o custo industrial da produção vendida (CIPV) da empresa foi de 430.000€ e o custo industrial da produção acabada (CIPA) de 442.000€. Durante 2008 a CC&F, LDA. não movimentou as contas “34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos”, “35 Produtos e trabalhos em curso” e “38 Regularização de existências”.

QUESTÃO 20.:

Em 2008, a variação de existências de produtos acabados e intermédios foi:

- a) Positiva, de 12 000€.***
- b) Negativa, 12 000€.***
- c) Positiva, de 68 000€***
- d) Negativa, de 68 000€.***

Exame de Avaliação Profissional

(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)

27 Junho 09**VERSÃO A**

Ao longo de anos, foram sendo compiladas receitas culinárias tradicionais feitas à base de conservas de peixe e, em 2009, a CC&F, LDA. editou um livro sobre o tema. Foram encomendados 1.000 exemplares a uma tipografia de Faro. Para essa tiragem, o custo variável incorrido pela empresa foi de 6€ por unidade e o custo fixo total foi de 1.500€. Esta edição esgotou rapidamente e a empresa obteve um ganho total de 2.500€ na venda de todos os exemplares do referido livro.

QUESTÃO 21.:

O preço praticado na venda do livro de receitas editado pelo CC&F, LDA. foi:

- a) 6€.***
- b) 7,5€.***
- c) 10€.***
- d) 8,5€.***

O êxito da edição justifica que a Gerência equacione fazer uma segunda edição, em iguais condições de custo e comercialização.

QUESTÃO 22.:

A margem de lucro percentual sobre o preço de custo por cada livro de receitas vendido pela CC&F, LDA. foi:

- a) 33,3%.***
- b) 20%.***
- c) 10%.***
- d) 16,15%.***

No decurso de 2009, as dificuldades de cobrança têm-se agravado. Entre os clientes com dívidas vencidas registadas em conta corrente e relativamente aos quais não foi intentada acção judicial, está a associada CONSERVEX, que não tem pendente qualquer processo especial de recuperação da empresa e de protecção de credores, nem de execução, insolvência ou falência.

QUESTÃO 23.:

Em sede de IRC, o ajustamento relativo às dívidas em atraso da CONSERVEX a efectuar em 2009 pela CC&F, LDA.:

- a) Pode ser fiscalmente aceite como custo, se essas dívidas forem transferidas da conta corrente para conta de clientes de cobrança duvidosa.*
- b) Não é aceite como custo dedutível para efeitos de cálculo do IRC.*
- c) A aceitação da dedutibilidade do ajustamento depende da prova de terem sido desenvolvidos esforços com vista à respectiva cobrança.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Nos registos de Contabilidade Analítica da CC&F, LDA., os gastos gerais de fabrico são repartidos através de uma quota teórica.

QUESTÃO 24.:

De acordo com o indicado, no final de cada exercício económico, na Contabilidade Analítica da CC&F, LDA.:

- a) O apuramento dos custos de produção é facultativo.*
- b) Não é possível apurar os custos de produção.*
- c) Comparam-se os custos imputados na Contabilidade Analítica com os custos apurados pela Contabilidade Geral/Financeira.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



GRUPO II

Responda às dezasseis questões seguintes (Questão 25 a Questão 40). Estas questões são independentes do texto apresentado nas páginas anteriores.

QUESTÕES DE FISCALIDADE

QUESTÃO 25.:

O IVA suportado nas aquisições de matérias-primas utilizadas no seu processo produtivo por uma empresa que realiza exclusivamente operações sujeitas e não isentas do imposto:

- a) É dedutível até à concorrência do imposto liquidado pela empresa.
- b) É dedutível no período de tributação do consumo das matérias-primas a que respeita.
- c) É dedutível no período em que são feitas as aquisições.
- d) É dedutível no período em que ocorrem as vendas dos produtos.

QUESTÃO 26.:

Em termos de IVA, a transmissão de todos os activos e passivos de um estabelecimento comercial:

- a) Está isenta.
- b) Não está sujeita.
- c) Está isenta, desde que cumpridas algumas condições.
- d) Não está sujeita, desde que cumpridas algumas condições.

QUESTÃO 27.:

Uma doação recebida por uma pessoa colectiva:

- a) Está sujeita a imposto do selo.
- b) Está sujeita a IRC.
- c) Só está sujeita a IRC se for contabilizada como ganho extraordinário.
- d) Está isenta de IRC.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



QUESTÃO 28.:

Com referência a um empresário em nome individual integrado no regime simplificado de tributação, foram apurados os seguintes elementos em relação à actividade empresarial que desenvolve e ao exercício de 2008:

Vendas de mercadorias.....	80 000€
Prestações de serviços.....	10 000€
Proveitos e ganhos financeiros...	12 100€
Custos e perdas financeiros.....	11 600€

Qual o rendimento colectável respeitante a esta actividade que foi englobado no referido exercício?

- a) 23 000€
- b) 23 350€
- c) 24 470€
- d) Não houve qualquer englobamento, já que o empresário está enquadrado no regime simplificado.

QUESTÃO 29.:

O Sr. J. Pacheco adquiriu em Fevereiro de 2008 uma casa destinada à sua habitação própria e permanente, pelo preço de 900 000€. Em Agosto seguinte, vendeu a casa em que habitava e que comprara em Maio de 2001 por 800 000€ (tendo pago na altura 80 000€ de sisa e suportado despesas de aquisição de 44 000€). Calculou, em relação à alienação, com base nas regras estabelecidas no Código do IRS, uma mais-valia de 140 000€.

O coeficiente de desvalorização monetária aplicável a alienações em 2008 de bens adquiridos em 2001 é 1,17.

A quantia que irá ser englobada para efeitos de tributação da alienação que fez será de:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



- a) 17 500€
- b) 35 000€
- c) 70 000€
- d) Nula, face ao reinvestimento que foi feito.

QUESTÃO 30.:

A Sociedade Jota, Lda. cometeu um erro no preenchimento da declaração modelo 22 do exercício de 2006. Por este facto, foi-lhe feita em 2008 uma liquidação adicional de IRC no montante de 1 200€. Teve ainda de pagar 120€ de derrama, 180€ de juros compensatórios e uma coima de 200€.

- a) Nenhuma das importâncias pagas é aceite como custo para efeitos fiscais.
- b) Só os juros são aceites como custos para efeitos fiscais.
- c) Só o IRC não é aceite como custo para efeitos fiscais por respeitar ao exercício anterior.
- d) Só a coima não é aceite como custo para efeitos fiscais, por não ter natureza contratual.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

QUESTÃO 31.:

Uma determinada empresa do ramo químico obtém, em regime de produção conjunta, os produtos ALFA e BETA e o subproduto R. Toda a produção do subproduto é vendida a uma certa empresa, de acordo com um contrato assinado, ao preço unitário de 8€/unidade, sendo o transporte de conta do vendedor e assegurado por uma empresa do mercado que factura a 3€/unidade. Os custos conjuntos acumulados até ao ponto de separação dos referidos produtos que somam 502 500€, a empresa tem que suportar mais 60 000€ e 280 000€ euros para acabar e embalar os produtos ALFA e BETA, respectivamente.

Em certo período a empresa produziu 5 000 unidades de ALFA e 8 000 unidades de BETA, tendo vendido 4 000 unidades de ALFA e 7 500 unidades de BETA ao preço de venda unitário de 60€ e 80€, respectivamente. A produção de R foi de 500 unidades. Sabendo que a empresa reparte os custos conjuntos pelos produtos principais em função do valor de venda no ponto de separação e valoriza o subproduto pelo critério do lucro nulo, o custo unitário de produção de cada um dos produtos ALFA e BETA foi de:

- a) Alfa – 55€; Beta – 72,5€.
- b) Alfa – 50€; Beta – 75,0€.
- c) Alfa – 52€; Beta – 75,0€.
- d) Alfa – 52€; Beta – 72,5€.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



QUESTÃO 32.:

Admita que uma empresa de serralharia adopta o método das secções homogéneas e que a repartição primária no mês de Maio do ano N proporcionou os seguintes custos directos da repartição primária:

	Secções de apoio ou auxiliares		Secções principais	
	Serviços Gerais	Conservação	Fresas	Tornos
Total custos	12 000 €	6 000 €	16 000 €	18 000 €

Foi definido pela gestão que os custos de SERVIÇOS GERAIS são repartidos proporcionalmente aos custos directos, tendo a CONSERVAÇÃO aplicado a seguinte actividade no mês:

- Fresas 200 HH
- Tornos 300 HH

O custo total da secção principal “Tornos” no final da repartição secundária é de:

- a) 28 920€
- b) 25 080€
- c) 28 080€
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



QUESTÃO 33.:

A empresa fabril X apresenta em certo período a seguinte informação do produto Gama:

CONTA DE PRODUÇÃO – PRODUTO GAMA			
Ex. Iniciais de PVF – 1 000 unidades		Produção acabada – 40 000 unidades	
MP – 50%	14 500€		
CT – 20%	4 500€		
Custos do período:		Ex. Finais de PVF – 2.000 unidades	
MP	332 000€	MP – 100%	
CT	243 600€	CT – 40%	

Sabendo que o critério valorimétrico utilizado na movimentação das existências é o FIFO, o valor das existências finais de produtos em vias de fabrico será:

- a) 19 500€
- b) 20 800€
- c) 22 500€
- d) 18 800€

QUESTÃO 34.:

Em determinado período uma empresa fabricante de barcos de recreio lançou em fabrico as encomendas n.º 100 e n.º 101, não tendo a última sido terminada no período.

Do período anterior havia transitado a ordem de fabrico n.º 99 com os custos incorporados de 8 000€. Durante o período foram incorporados nesta encomenda custos de produção de 37 000€.

Os custos de produção do período incorporados nas encomendas n.º 100 e n.º 101 foram de 35 000€ e 23 000€, respectivamente. Sabendo que a facturação é feita de acordo com o orçamento previamente aceite pelo cliente, diga qual o lançamento do período correcto e que está de acordo com o sistema dualista:

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



- a) Débito da conta *Produção* por 95 000€ por crédito de *Resultados Analíticos*.
- b) Débito da conta *Produção* por 58 000€ por crédito de *Existências* e de *Custos de Transformação*.
- c) Débito da conta *Produção* por 103 000€ por crédito de *Existências* e de *Contas Reflectidas*.
- d) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 35.:

Considere o seguinte recibo de ordenado no mês de Janeiro do ano N do operário X:

<i>Ordenado base</i>	1 200 €
<i>Descontos/retenções</i>	
<i>T.S.U. – 11%</i>	(132 €)
<i>I.R.S. – 11%</i>	(132 €)
<i>Liquido a receber</i>	936 €

Considere que o trabalhador tem direito ao mês de férias e respectivo subsídio e ainda ao 13.º mês. Os encargos patronais para a segurança social e o seguro obrigatório ascendem a 25% das remunerações.

Sabe-se também que o número de semanas úteis anuais é de 45 e que o horário de trabalho semanal é de 40 horas. Estima-se, contudo, que os tempos não aplicados atinjam 10% no tempo útil de trabalho diário.

Tendo em atenção que o custo da hora/operário deve englobar todos os custos com o trabalhador (incluindo os previsíveis), o custo a considerar para efeitos de cálculo dos custos das ordens de produção é de:

- a) 11,56€
- b) 12,75€
- c) 12,50€
- d) 12,96€

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 36 A 40, A SEGUIR APRESENTADAS, DEVERÁ SER EFECTUADA COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA.

QUESTÃO 36.:

Em finais do exercício de 200(N) a sociedade Beta, S.A. está a avaliar a eventual perda por imparidade da Secção de Cozedura, dado que a mesma está a ter um desempenho bastante inferior ao que era esperado. Dado não ser possível estimar a quantia recuperável de todos os activos individuais, considera-se aquela secção como uma unidade geradora de caixa. Esta está contabilizada segundo o método do custo líquido das depreciações acumuladas. Apresentava, após o reconhecimento da depreciação do exercício, uma quantia escriturada de 4.500 M€ e tinha nessa data uma vida útil estimada de mais três anos.

Dada a especificidade do activo em causa, não é possível determinar com fiabilidade o respectivo preço de venda. Nessas circunstâncias, a empresa estimou que os fluxos de caixa esperados para a unidade geradora de caixa seriam os seguintes:

Ano	Fluxo de caixa esperado
200(N+1)	1.750 M€
200(N+2)	1.500 M€
200(N+3)	1.250 M€

Considere que:

- a taxa que reflecte o valor temporal do dinheiro é de 4%;
- as estimativas dos fluxos de caixa futuros respeitantes à unidade geradora de caixa não foram ajustadas em relação aos riscos específicos e que este risco se estima ser de 1%;
- não se espera, em 200(N+1), uma variação material do valor de uso da unidade geradora de caixa Secção de Cozedura.

Exame de Avaliação Profissional <small>(A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small>	27 Junho 09	VERSÃO A
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



A depreciação esperada da unidade geradora de caixa Secção de Cozedura para o exercício de 200(N+1) será de:

- a) 1.500 M€
- b) 1.369 M€
- c) 1.394 M€
- d) 1.472 M€

QUESTÃO 37.:

Em Março de 200(N) foi adjudicado à sociedade A & E - Arquitectos e Engenheiros, S.A., por 10.000 M€, o projecto de arquitectura e engenharia de um dado empreendimento. Dada a dimensão do mesmo, espera-se que o seu desenvolvimento ocorra durante os próximos três anos.

De acordo com o contrato e os orçamentos internos da A & E, pode sintetizar-se a seguinte informação:

Ano	Recebimentos esperados M€	Custos a suportar M€
200(N)	3.000	2.000
200(N+1)	3.000	2.500
200(N+2)	3.000	2.400
200(N+3)	1.000	100

A quantia a reconhecer como rédito da prestação de serviços no exercício de 200(N+1) deverá ser:

- a) 3.000 M€
- b) 6.000 M€
- c) 4.000 M€
- d) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 38.:

A sociedade Gama, S.A., tem vindo há vários anos a garantir aos seus trabalhadores um plano de participação nos lucros. Tal plano é profusamente anunciado pela empresa como um factor diferenciador da sua política de remunerações face às suas concorrentes.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------

De acordo com aquele plano, o total dos pagamentos relativos à participação nos lucros será de 5% do lucro líquido, se não houver qualquer saída de pessoal durante o ano, ou, caso contrário, os pagamentos são reduzidos a 4% do lucro líquido. No exercício de 200(N) saíram da empresa 12 trabalhadores.

A participação dos trabalhadores nos lucros da empresa deverá ser:

- a) Reconhecida como gasto e como passivo no exercício de 200(N).
- b) Reconhecida como distribuição dos resultados na data da Assembleia Geral de aprovação de contas.
- c) Reconhecida como distribuição dos resultados na data da aprovação das contas pelo Conselho de Administração.
- d) Reconhecida como gasto e como passivo no exercício de 200(N+1).

QUESTÃO 39.:

A sociedade Delta, S.A. apresentou um resultado líquido do exercício de 200(N) de 2.250 M€. A análise das operações com acções pode ser sintetizada nos seguintes termos:

1Jan.200(N)	Capital – 40.000 M€, dividido em acções de valor nominal 1€
1.Abr.200(N)	Aumento de capital social para 60.000 M€, com realização em dinheiro: 50% imediatamente e 50% após um ano.
1.Jul.200(N)	Aumento de capital, para 120.000 M€, por incorporação de reservas
1.Out.200(N)	Aquisição de 10.000 acções próprias a 1,2 €

O resultado por acção básico de 200(N) é de:

- a) 0,02 €
- b) 0,02045 €
- c) 0,02727€
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea f) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)	27 Junho 09	VERSÃO A
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----------------



QUESTÃO 40.:

A sociedade Ómega, S.A. possui um equipamento industrial que o Conselho de Administração considerou que deveria ser alienado. Para o efeito, constituiu uma equipa com o objectivo de estabelecer um plano para vender aquele equipamento e localizar potenciais compradores. Entre os trabalhos efectuados pela equipa, desenvolveu um programa de anúncios da venda e considera-se altamente provável que a mesma seja concretizada durante o próximo ano, por um montante de 2.300 M€. Os gastos em que será necessário incorrer para proceder à venda do equipamento em questão estimam-se em 10% do produto da venda. A quantia escriturada do activo à data da decisão do Conselho de Administração era de 2.100 M€. À data das primeiras demonstrações financeiras preparadas após a deliberação do Conselho de Administração, a empresa deve:

- a)** Manter o activo classificado como activo fixo tangível e não reconhecer qualquer perda por imparidade, uma vez que o preço esperado de venda é superior à quantia escriturada do activo.
- b)** Reclassificar o activo como “activo não corrente detido para venda” e valorizar o mesmo por 2.100 M€
- c)** Reclassificar o activo como “activo não corrente detido para venda” e valorizar o mesmo por 2.070 M€
- d)** Manter o activo classificado como activo fixo tangível e reconhecer uma perda por imparidade de 30 M€